

AGOSTO / 2018

INTERNACIONAL

EUROPA

Conforme a agência Eurostat, numa segunda estimativa, o PIB da zona do euro no segundo trimestre de 2018 avançou 0,4% sobre o trimestre anterior. A previsão era de um avanço de 0,3%. Na base anual a evolução foi de 2,2%.

Já a taxa de desemprego que era de 8,3% em junho, recuou para 8,2% em julho, enquanto a inflação do consumidor, 2,0% em agosto, em levantamento preliminar.

Na ata da última reunião realizada no final de julho, o BCE reiterou que as taxas de juros deverão permanecer nos níveis atuais pelo menos até o verão europeu de 2019.

A grande preocupação no continente europeu é com a crise turca, país com inflação e desemprego bastante altos e com a possibilidade de que ela se espalhe por outros países e também afete bancos do continente.

EUA

Conforme a segunda estimativa do Departamento de Comércio, o PIB americano no segundo trimestre de 2018 subiu à taxa anual de 4,2%, no ritmo mais forte em quase quatro anos. O avanço foi impulsionado pela recuperação nos gastos dos consumidores, nas exportações e no investimento empresarial.

Quanto ao mercado de trabalho, a criação de vagas de trabalho não agrícola em agosto foi de 201 mil novos postos, quando a expectativa era de 193 mil. A taxa de desemprego, que era de 3,9% em julho, se manteve nesse patamar em agosto. Já os salários subiram 0,4% em relação ao mês anterior, acumulando alta de 2,9% em um ano, a maior desde 2009.

Em relação à taxa básica de juros, o presidente do FED, em pronunciamento, defendeu a alta dos juros em meio à economia forte, o que deve ocorrer em setembro.

Em agosto, se intensificou a “guerra” comercial iniciada pelo governo Trump, com a adoção de novas tarifas sobre as importações da China.

ÁSIA

No Japão, a economia cresceu mais do que o esperado entre abril e junho, ao registrar uma expansão anual de 3%, com a recuperação dos gastos dos consumidores. Foi a taxa mais forte desde o primeiro trimestre de 2016. Na Índia, o crescimento do PIB também surpreendeu com a variação de 8,2% ao ano, no segundo trimestre.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,96% a.a. no final de julho, terminaram agosto com rendimento de 2,85% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico rendiam 1,43% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de agosto com rendimento de 0,41%. Paralelamente, no mês, o dólar perante o euro e se valorizou 0,85% e perante o yen se desvalorizou 0,74%, por exemplo.

Já as bolsas internacionais tiveram em agosto um mês de altas e baixas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) recuou 3,45% no mês e a inglesa (FTSE 100) 4,08%, a do Japão (Nikkei 225) subiu 1,38%, e a americana (S&P 500) 3,03%, registrando novos recordes. A Apple atingiu o valor de mercado superior a US\$ 1 trilhão, valendo mais do que toda a bolsa brasileira.

No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês de agosto 4,27%.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme o IBGE, a economia brasileira cresceu 0,20% no segundo trimestre de 2018, em relação ao primeiro, graças ao avanço de 0,3% do setor de serviços. Enquanto a indústria registrou queda de 0,6% no período, a agropecuária ficou estável. Na base anual o crescimento do PIB foi de 1%.

A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 12,4% no trimestre encerrado em junho, recuou para 12,3% no trimestre encerrado em julho, com 12,8 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.205,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 3,4 bilhões em julho. Em doze meses o déficit primário foi de R\$ 77,1 bilhões.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 394,5 bilhões (5,86% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 471,6 bilhões (7,0% do PIB) no mesmo período.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em março R\$ 5,18 trilhões (77,0% do PIB).

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), depois de ter subido em julho 0,33%, registrou queda de 0,09% em agosto, a menor taxa para o mês em 10 anos. Em doze meses, a alta acumulada foi de 4,19% e no ano de 2,85%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ficou estável em agosto, após ter subido 0,25% em julho e acumulou alta de 3,64% em doze meses e de 2,83% no ano.

JUROS

Na ata de sua reunião no primeiro dia de agosto, o Copom reconheceu que a incerteza sobre a conjuntura exige maior flexibilidade da política monetária e não deu maiores indicações sobre quais serão os próximos passos em relação à taxa Selic.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de agosto cotada em R\$ 4,13, com uma desvalorização de 10,13% no mês.

Em julho, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 4,4 bilhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 15,0 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 3,9 bilhões em julho e acumularam US\$ 64,2 bilhões em doze meses. As reservas internacionais eram de US\$ 379,4 bilhões no final do mês.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em agosto de 2018 um superávit de US\$ 3,77 bilhões, o que elevou o resultado no ano para US\$ 37,81 bilhões.

RENDA FIXA

Dos sub índices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de agosto acabou sendo o do DI, com alta de 0,56%, seguido do IRF-M1 com alta de 0,44% e do IDkA 2A com alta de 0,10%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, a perda no mês foi de 3,21%, acumulando, no ano, alta de 0,36% e de 6,61% em doze meses. O índice encerrou agosto em 76.678 pontos e o ingresso líquido de capital estrangeiro no mês foi de R\$ 3,17 bilhões.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Ainda permanecem os temores com os desdobramentos da “guerra” comercial iniciada pelo governo Trump, ao mesmo tempo em que a economia americana mostra robustez, principalmente no mercado de trabalho, onde a taxa de desemprego se encontra nas mínimas histórica. É altamente provável que o FED promova nova elevação da taxa básica de juros, o que, com a insegurança gerada com a crise turca reforce os movimentos de mercado completamente desfavoráveis aos mercados emergentes.

MERCADO NACIONAL

Como era de se esperar, a tendência é de continuado aumento da volatilidade no mercado brasileiro por conta das eleições em outubro e das grandes indefinições. Como se não bastassem as incertezas da corrida eleitoral, o mercado externo deverá continuar colaborando para esse cenário incerto e volátil.

Em relação à alocação dos recursos financeiros dos RPPS, aconselhamos a manutenção de 15% na exposição aos fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de 30% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação sugerida é de 25%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo).

Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, também por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais suprem a meta atuarial.

Dessa forma, mantivemos em 10% a sugestão de alocação em fundos multimercado e reduzimos de 5% para 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado. Em compensação e tendo-se em vista o potencial de valorização do segmento com a eleição de candidato pró-mercado elevamos a recomendação do investimento em ações de 10% para 15%.

Para aqueles clientes que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture) **	0%
Gestão do Duration	15%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A)	30%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	25%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	15%
Multimercados	10%
Fundos em Participações	2,5%
Fundos Imobiliários	2,5%

** Aos clientes que investem em FIDC / Crédito Privado / Fundo Debênture, utilizar como limite máximo o percentual destinado ao Médio Prazo.